PROJETO DE LEI Nº 07, DE 13 DE MAIO DE 2025

Câmara M. das Vertentes
Folha nº 10 data: 13/05/25
Rubrica:
Servidor

Estabelece requisitos a contratação de servidores públicos pelo Poder Executivo e Poder Legislativo do Município de Vertentes-PE.

Eu, **Natália Lima de Miranda**, casada, vereadora com assento nesta Casa Legislativa, pelo partido PSB, apresento a Vossa Excelência Presidente da Câmara e demais vereadores nos termos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, na forma regimental, a tramitação e aprovação do seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica vedado ao Poder Executivo Municipal de Vertentes, suas Autarquias e todos os entes da Administração Indireta deste Município, bem como ao Poder Legislativo do Município de Vertentes, nomear servidor para ocupar cargo de provimento em comissão, ou contratar servidor por excepcional interesse público, que:

I – Tenha sido condenado com trânsito em julgado por atos de improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa);

II – Tenha sido condenado com trânsito em julgado por crimes contra a administração pública, nos termos do Título XI do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro);

III – Tenha sido condenado com trânsito em julgado por crimes classificados como hediondos ou equiparados a hediondo, nos termos da Lei Federal nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos);

IV – Tenha sido condenado com trânsito em julgado por crimes contra a fé pública, nos termos do Título X do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro).

V – Tenha sido condenado com trânsito em julgado por crime de Lavagem de Dinheiro, nos termos da Lei Federal nº 9.613, de 03 de março de 1998.

Parágrafo Único. A vedação a contratação de que trata o caput deste artigo durará enquanto perdurar sobre o agente os efeitos da condenação criminal, nos termos do Capítulo VI da do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) e Art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades).

Câmara M. das Vertentes-PE
Paulo Roberto S. dos Santos
Presidente
CPF: 193.740.764.15 / RG: 1605635

Arquivado em 21.05.25

Art. 2º Será imprescindível para nomeação de agentes para ocuparem cargos de provimento em comissão, e para contratação de servidores por excepcional interesse público a apresentação de:

I – Certidão negativa criminal Estadual e Federal;

II – Certidão negativa de condenação cível por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade expedida pelo Conselho Nacional de Justiça, ou órgão congênere;

III – Declaração firmada pelo agente, sob as penas da lei, de que não se enquadra em nenhuma das hipóteses impeditivas desta Lei.

Art. 3º A inobservância desta Lei torna nulo o contrato por excepcional interesse público firmado e o ato de nomeação publicado, podendo a autoridade nomeante responder cível, criminal e administrativamente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vertentes-PE, 13 de maio de 2025.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como escopo primordial instituir, no âmbito do Município de Vertentes, Estado de Pernambuco, diretrizes consonantes com as práticas já consagradas em esfera nacional por intermédio da denominada "Lei da Ficha Limpa". Esta proposição configura um avanço significativo e necessário no combate à corrupção, à malversação dos recursos públicos e à impunidade, visando elevar o padrão ético e moral na investidura e ocupação de cargos em comissão na administração pública municipal.

A medida proposta atende a um anseio premente da sociedade vertentense por maior seriedade, responsabilidade e probidade na gestão dos assuntos públicos. Ao estabelecer vedações para a nomeação em cargos de confiança de indivíduos que ostentem condenações transitadas em julgado por crimes de corrupção, atos de improbidade administrativa e outras infrações penais de natureza grave, o projeto busca resguardar a integridade da administração municipal.

Trata-se, fundamentalmente, de uma iniciativa de caráter preventivo e moralizador, que visa robustecer os mecanismos de transparência e o zelo pela coisa pública. A exclusão de pessoas condenadas da ocupação de posições estratégicas na estrutura administrativa municipal não apenas protege o erário e os cidadãos, mas também valoriza os gestores públicos íntegros e comprometidos com o bem comum, coibindo, outrossim, a utilização da máquina pública para a consecução de interesses particulares, sejam eles de ordem pessoal, política ou criminosa.

Considerando a manifesta relevância da matéria e o seu impacto positivo na qualificação da gestão pública municipal, conclamo os Nobres Pares desta Casa Legislativa a unirem esforços para a aprovação desta proposição, que certamente contribuirá para o fortalecimento da democracia e da cidadania em nosso Município.

Sala das sessões da Câmara Municipal das Vertentes/PE, 13 de Maio de 2025

Natália Lima de Miranda
Vereadora